

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA- CAMPUS XVIII – CIDADE DE EUNÁPOLIS**

PRISCILLA RODRIGUES SILVA

**MULHERES E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA DA MILITÂNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA**

**EUNÁPOLIS
2020**

PRISCILLA RODRIGUES SILVA

**MULHERES E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA SOBRE A MILITÂNCIA FEMININA DURANTE A
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Licenciatura em História, pelo Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVIII.

Orientador: Prof^a Dra. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza

EUNÁPOLIS
2020

PRISCILLA RODRIGUES SILVA

**MULHERES E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA SOBRE A MILITÂNCIA FEMININA DURANTE A
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Artigo apresentado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVIII como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovada em ____ de _____ 2020.

Banca Examinadora

Profª; Dra. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza– Orientadora
(Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

Profa. Dra. Joana Medrado
(Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

Profa.Ma.Maria Sandra da Gama
(Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

EUNÁPOLIS
2020

ABREVIATÖES

ALN – Ação Libertadora Nacional

CBA/BA – Comitê Brasileiro pela Anistia seção Bahia

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MFPA-BA – Movimento Feminino pela Anistia

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária -Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de agradecer a Deus, pela permissão que me concedeu de concluir mais uma etapa, mesmo passando por situações que pensei que não iria conseguir. Ele sempre me mostrando que eu era capaz.

Meus pais, Flávio e Steliane que são a minha vida, obrigada por sempre acreditarem em mim, pelas preocupações e esforços diários, nessa reta final da escrita do trabalho de conclusão tive problemas emocionais e eles nunca deixaram de me mostrar sempre o meu melhor para que assim conseguisse terminasse com êxito a minha graduação. Esse título não é apenas meu, é nosso, meus mestres de vida!

A minha família, minha irmã Geovana que é o amor da minha vida, minha sogra, sogro, meus avós, a todos que sempre me deram apoio nessa jornada.

Ao meu amado esposo Giltemar por todo seu amor por mim, sempre me dando forças quando pensei em desanimar, me ajudando na parte de editar o trabalho, com certeza aonde chego você chega comigo, essa pesquisa também pertence a você.

Agradecer também a minha querida orientadora Dra. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, sempre me ajudando, me compreendendo nas minhas angústias, você foi essencial na minha caminhada, obrigada por todas as orientações, preocupação e obrigada pela paciência. Conseguimos e eu devo isso principalmente á você, esse trabalho também é seu!

Por fim, um agradecimento especial a todas as mulheres que ousaram militar politicamente durante a ditadura, mostrando que lugar de mulher não é aonde a história chega, mas onde seu espírito de luta permite. Obrigado, em nome de minha geração!

A todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

No âmbito da academia, o crescimento no número de mulheres nas universidades, permitiu a retomada de discussões quanto aos espaços negados até então pelas Ciências Humanas, bem como pela própria historiografia. Discussões sobre a mulher e as relações de gênero, existentes e por muito tempo silenciado, passaram a ter um olhar mais crítico. Neste artigo, foram escolhidos quatro trabalhos de regiões e universidades diferentes, entre dissertações e teses, defendidas no ano de 2017, todas abordando de alguma maneira a mulher militante atuando na ditadura militar brasileira, e através deles debater sobre a representação dessa mulher militante, analisando principalmente se essas pesquisas ganharam um fôlego com a criação da Comissão Nacional da Verdade. O objetivo desse trabalho é analisar a forma como a historiografia sobre a ditadura militar brasileira tem abordado as mulheres militantes que viveram nesse período e suas memórias. A partir daí será possível motivar essa nova geração a promover ainda mais um estudo que busque novos olhares da historiografia acerca dessas mulheres, que optaram pela aproximação com alguma forma de debate político, seja ainda secundarista, seja também universitária.

Palavras-Chaves: Comissão Nacional da Verdade; Historiografia; Militância Feminina.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
GÊNERO/FEMINISMO	10
A LUTA ARMADA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	13
A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL	16
OS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.....	17
GÊNERO NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	21
AS MEMÓRIAS E A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE MULHERES E DITADURA MILITAR	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
FONTES	40
BIBLIOGRAFIA.....	40

INTRODUÇÃO

A ditadura militar ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1985 e a década de 1960 foi um período extremamente fecundo, seja no campo cultural ou político, ensejando o surgimento das mais variadas indagações, relacionando-as entre elas à estrutura da sociedade, ao modelo econômico capitalista, aos costumes, aos padrões da estrutura familiar, ao casamento como instituição, entre outros. Com o golpe de 64, houve o abortamento de uma geração cheia de promessas e esperanças, e, junto com ela, as ideias inspiradoras do movimento de reconstrução sociopolítica do país e das transformações dos costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência. Entra em cena um sistema político que busca constantemente acabar com qualquer tipo de oposição ao governo.

A influência norte-americana no golpe militar do Brasil foi determinante. Após o golpe, o governo passou a considerar como “inimigo interno” todos os que discordavam do regime. Quando presas estas pessoas eram denominadas oficialmente de presos políticos. A violência atingiu a homens e mulheres, muitas delas grávidas, e também crianças. O que diferenciava era a forma de tortura, pois as mulheres sofriam estupros e eram submetidas a realizar as fantasias sexuais dos torturadores.

Os debates acerca da ditadura militar brasileira são muitos e anualmente surgem novos estudos e versões. A produção acadêmica sobre o assunto apresenta múltiplos olhares sobre tal momento histórico e as abordagens são diversas: há o lado da economia, da política, da cidadania, entre outros. Além dessas temáticas, o que também inquieta é a reflexão sobre a sociedade da época: como viviam as pessoas, as famílias, os trabalhadores. Mais do que isso: em uma sociedade em que não tinham participação política mais efetiva, qual era o lugar das mulheres? No intuito de apresentar o quanto as pesquisas em torno da resistência feminina à ditadura militar vêm crescendo, as diferenciadas formas de abordagem, foi feito um levantamento de teses e dissertações escritas nos últimos anos.

Esse trabalho também tem o intuito de mostrar que os rompimentos com os silêncios têm permitido as mulheres escreverem suas histórias, conhecer suas atuações e, assim, criar outras possibilidades de existência. O não esquecimento das violências cometidas pelos agentes do estado na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 possibilitaram

ações como a criação da Comissão Nacional da Verdade, eventos acadêmicos sobre o período, conhecimento dos locais de torturas, entre outras. A elaboração do trabalho de memória propicia condições para a revisão de memórias e da organização social.

Neste artigo, foram escolhidos cinco trabalhos de regiões e universidades diferentes, entre dissertações e teses, todas abordando de alguma maneira a mulher militante atuando na ditadura militar brasileira, e através deles debater sobre a representação dessa mulher militante, analisando principalmente se essas pesquisas ganharam um fôlego com a criação da Comissão Nacional da Verdade. Logo, reiteramos a importância de percebermos como se deram as relações no período destacado nesta pesquisa, onde, as mulheres sempre estiveram envolvidas em movimentos de resistência contra a ditadura, não tendo em inúmeros casos o devido reconhecimento da história, bem como dentro dos próprios partidos que militaram.

No tocante ao interesse sobre o tema, desde o início da minha graduação já havia o desejo de trabalhar com a temática da mulher, quando comecei os estudos sobre a ditadura militar veio à certeza que trabalharia a mulher militante nesse período, mulheres essas que eram esposas, mães, filhas e que para defender seus ideais foram às ruas, sofreram inúmeras formas de torturas, tanto físicas quanto psicológicas, foram presas, outras mortas, e muitas até hoje, não foram achados os seus corpos. Outras mulheres também foram exiladas e retiradas de seu país de origem, e é sobre essas heroínas que eu desejo contribuir para a visibilidade daquelas que durante tanto tempo foram silenciadas.

De início a pesquisa seria composta apenas por dissertações com o recorte temporal de 2012 a 2018, esse período escolhido seria para que pudessemos analisar os trabalhos pós Comissão Nacional da Verdade, se houve ou não aumento de pesquisas sobre as mulheres militantes no período estudado¹. Vozes e memórias silenciadas e que após a CNV pode contar seus relatos e a sua versão dos fatos, como: ser mulher nesse período, clandestinidade, militância, tortura, dentre tantas outras memórias que jamais serão apagadas, e que nunca serão esquecidas.

Nessa perspectiva, comecei a buscar bibliografias que tratassem do tema em plataformas como, por exemplo, o Portal de Periódicos, da Coordenação de

¹ O recorte para essa pesquisa seria de 2012 a 2018, porém decidimos nesse momento trabalhar apenas as pesquisas defendidas no ano de 2017. Devemos salientar que esse trabalho de análise proposto inicialmente não irá parar por aqui, irei continuar em novos projetos futuros, pois é um tema que ainda pouco estudado e que tem bastante relevância, permitindo um novo olhar para a historiografia e seus campos de pesquisa.

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Scielo, e direto no site de algumas universidades. Todos os trabalhos que se referiam á mulher e ditadura militar iam sendo baixados, em seguida foi feito uma tabela para começarmos a fazer os recortes e as análises. O contato inicial se deu através dos resumos, introdução e considerações finais, posteriormente, selecionados os conteúdos que foram analisados. Após análises e estudos, decidiu-se trabalhar apenas com o ano de 2017, ano em que mais encontramos pesquisas que se encaixaram no que estávamos procurando. Ao final selecionamos cinco.

GÊNERO/FEMINISMO

As mulheres, ao longo da história, realizaram diversos movimentos por direitos. A partir do século XVII foram encontrados registros de movimentos requerendo igualdade sexual, que foi definido como o início do feminismo. O feminismo, como filosofia e movimento de tomada de consciência da condição da mulher como coletivo, vivendo em situação de subordinação ao homem, e, assim, sujeita à opressão e à dominação em uma sociedade organizada sobre regência do patriarcado, se mobiliza na direção da transformação social.

O feminismo é um movimento de ruptura e crítica social, que possui natureza essencialmente política. Isto posto, em razão de congregar aportes distintos, que convergem acerca da problematização da opressão da mulher, trata sobre uma teoria do poder que, todavia, não pode ser restringida ao singular.

A atribuição maternal e essencialmente reprodutiva às mulheres ensejou em um determinado momento histórico, o questionamento dos papéis sociais a elas inerentes, por conseguinte, a dominação masculina passa a ser indagada, principalmente através do combate a uma de suas principais manifestações: o patriarcado.

Nos estudos feministas, Joan Scott apresenta o conceito de gênero, sendo ele o “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Dito de outra forma, o feminino e o masculino se definem a partir da relação entre os sexos, e com esta, as relações de poder.

O feminismo começou a tomar força no Brasil a partir da década de 1970. No período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, cresceu o número de movimentos de

mulheres questionando o custo de vida, os baixos salários e reivindicando creches. O Movimento Feminista e o de Mulheres se diferenciavam em relação aos seus objetivos.

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista”, refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história. (TELES, 1993, p.12)

Inicialmente foi utilizada a categoria “mulher”. Contudo, esta passou a enfrentar severas críticas, em virtude da sua tentativa de uniformização do sujeito mulher. Afinal, existem mulheres brancas, negras, pardas, índias, dentre várias outras possibilidades de diferenciação. Devido a isso, a categoria foi, aos poucos, ampliada para “mulheres”. Nas palavras de Joan Scott (1992, p. 83): “[...] a categoria” mulheres “assumiu uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria homens”. Mesmo com todas as tentativas de buscar a especificidade da sua situação, o objetivo dos trabalhos era compreender: “[...] o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus.” (PEDRO, 2005, p.83). Dessa forma, o objetivo principal era analisar os motivos da opressão, a forma como os mesmos são presentes em diferentes sociedades nos mais variados momentos históricos, com as leituras de mundo supostamente peculiares às mulheres. Sendo assim, Scott conclui:

A emergência da história das mulheres ficou tão entrelaçada com a emergência da categoria “mulheres” como uma identidade política, e esta foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina (SCOTT, 1995, p.84).

Contudo, a reflexão posterior sobre a utilização das categorias mulher e/ou mulheres não problematizava suficientemente os distintos aspectos que as/os historiadoras/es das mulheres desejavam abarcar. Deve-se fazer a ressalva que, num primeiro momento, a reivindicação acerca de um campo historiográfico específico para a História das Mulheres foi fundamental para a sua visibilidade. É nesse contexto, em meados dos anos 1980 que se passa a utilizar a categoria analítica gênero na narrativa histórica. Um dos textos mais citados e analisados na produção sobre o tema é o de autoria de Joan Scott (1995) – “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” , no qual a autora

faz uma série de considerações iniciais sobre o tema. Num primeiro momento ela justifica o porquê da utilização da categoria, em detrimento de outras, como mulher ou mulheres:

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1995, p. 85).

Assim, o gênero procurou mostrar que as construções de feminino e masculino definiam-se um em função do outro, uma vez que se constituíram historicamente em tempos e culturas determinados, tornando-se uma maneira de indicar as construções sociais. Ou seja, a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres é um importante instrumento analítico para os estudos feministas, tanto do ponto de vista teórico quanto político.

Trata-se do gênero, este termo novo, que foi elaborado por mulheres intelectuais a partir da década de 1970 para teorizar a questão da diferença sexual, indicando construções sociais. O gênero surgiu enquanto categoria explicativa, referente às relações sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e entre mulheres e homens. O uso da palavra “gênero” tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito. Para o feminismo, o termo “gênero” passou a ser usado no interior dos debates travados dentro do próprio movimento, e buscava uma explicação para a subordinação das mulheres

O gênero foi proposto por mulheres que defendiam que a pesquisa sobre elas transformaria fundamentalmente os paradigmas de cada disciplina. Em tal contexto de mutações teóricas, localiza-se a expansão dos estudos de gênero, sendo coerente afirmar que os mesmos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da História (MATOS, 1998, p. 67).

As discussões sobre as relações de gênero e a aproximação com os feminismos, porém, não levou a uma ampla discussão sobre a sexualidade, questão que ficou em segundo plano durante muito tempo. Segundo a historiadora Ana Maria Colling (1997),

[...] esse tema continuou sendo considerado um tabu não só para a Igreja e para a maioria da sociedade conservadora, mas dentro dos próprios grupos de esquerda que encaravam o assunto como imoral e de segunda importância. De maneira que discutir a liberdade sexual era visto como

algo promíscuo pelos militantes homens dos partidos de esquerda (SOUSA, 2018, p.106).

No Brasil, o conceito de gênero chegou por meio das pesquisadoras norte-americanas, que passaram a usar a categoria “gender” para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. (GROSSI, 2000, p. 33).

Podemos observar que gênero diz respeito a relações e, portanto, a estruturas de poder. O núcleo central da categoria de análise de gênero está na inter-relação profunda e totalizadora das duas proposições: gênero como um elemento que constitui as relações sociais, com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e gênero como uma expressão por excelência das relações de poder (SAFFIOTI, 1992, p. 196)

Por fim, discutir gênero segundo Gonçalves é “problematizar os papéis sociais do ser homem e mulher que foram construídos no decorrer dos tempos, buscando colocar em questão as relações de poder, hierarquias no compromisso de alcançar justiça social” (1998, p. 58).

A LUTA ARMADA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

No campo de estudo sobre as mulheres na Ditadura Militar, este ainda é pouco abordado. Principalmente quando se remete a participação da mulher na resistência. Segundo Gianordoli Nascimento (2006), as narrativas das mulheres, bem como suas lembranças e conseqüentemente as reconstruções de suas histórias de vida deixaram a possibilidade de tentar resgatar o aparato social, cultural, político do Brasil daquele período. Assim, analisando o contexto de obras que remontam a história ditatorial, os países que um dia viveram um período como este, “pouco se tem construído socialmente sobre os acontecimentos, prevalecendo outra ditadura: a do silêncio dos que viveram e contribuíram para a construção desse período histórico”.(Gianordoli Nascimento, 2006, p. 25).

Na perspectiva de se reconstruir a memória da ditadura, ao longo dos últimos 21 anos, “uma grande parcela desses sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias, a mulher, como categoria, tem poucos registros históricos pertinentes” (Gianordoli Nascimento, 2006, p. 26). Dessa forma, percebemos o quanto

se torna valioso os testemunhos de mulheres que militaram contra o regime, afinal, através do conteúdo de suas narrativas, a partir das lembranças e consequente da reconstrução de suas histórias de vida, poderá ser analisada uma perspectiva diferente do que até então foi possível ser observado. Principalmente na relação entre o ser mulher, ser militante e resistir à ditadura tanto militar quanto cultural da época.

Durante o período da ditadura militar, muitas mulheres participaram do espaço público que tradicionalmente fora ocupado pelos homens, se dedicando ao projeto de transformação da sociedade brasileira. A militância trouxe como elemento inovador a ruptura com papéis estereotipados femininos, relacionados com o padrão da moça bem comportada e futura mãe de família. (MORAES, 2004, p. 31).

Como aponta Margareth Rago, as mulheres com concepções de esquerda tiveram papel ativo não só na luta contra o Regime Militar, mas contra a estrutura masculina que dominava a vida político-partidária. Tal aderência à esquerda não necessariamente esteve ligada a partidos políticos, afinal, muitas delas romperam com os mesmos. (RAGO, 2013).

Teles, 2014, descreve a situação das mulheres da seguinte maneira:

Vivíamos numa ditadura, as mulheres participaram efetivamente na luta contra a ditadura e, evidentemente, que nós sentimos o peso da discriminação histórica contra nós. Seja na vida clandestina, seja nas prisões, nas sessões de tortura, enfim, na luta guerrilheira, na luta urbana, na luta rural, em todos os espaços nós fomos aprendendo a ter consciência de que a nossa luta era maior, é bem maior que a dos homens, é mais longa [...]. Essas mulheres foram muito revolucionárias. Elas fizeram uma dupla revolução, tanto na luta política do país, como na luta do cotidiano (TELES [2014])².

Essas brasileiras, ao adentrarem os meandros públicos, saindo do lar, considerado seu lugar, e buscando participar ativamente da política, invadiram espaços dominados pelo masculino, onde não eram bem-vindas e frequentemente lembradas de que não deveriam estar naqueles locais. (COLLING, 1997).

Ainda no que concerne a participação das mulheres nos anos de chumbo, existem outras implicações. A posição da mulher dentro dos movimentos de esquerda,

² TELES, M. A. A. Amelinha Teles: depoimento [16 jan. 2014]. Canal Maria Angélica Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_pTbBRQvzrQ. Acesso em: 01/03/2020.

bem como sua representação pela ditadura, torturadores e famílias era algo quase que em sua totalidade vista de forma negativa. Contudo, a participação da mulher nos questionamentos políticos e socioculturais era algo que não rompia apenas com o conceito político, mas moral e cultural do ser masculino e do ser feminino.

A opção das mulheres pela esquerda armada revela outra peculiaridade: a preferência pelos grupos guerrilheiros, embora houvesse um desenho militarizado e, aparentemente masculino, o que poderia dificultar a integração feminina, não obstante os números contradizem tal perspectiva, em que elas representavam, por exemplo, 15,4% do total na Aliança Libertadora Nacional (ALN) e 24,1% na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). (RIDENTI, 1993, p. 198).

A militante do sexo feminino, politicamente ativa nos partidos de oposição à ditadura militar, cometia dois grandes pecados aos olhos censuradores da repressão: o primeiro de se rebelar contra o governo golpista, defendendo a bandeira vermelha, e o segundo, e não menos importante o de abandonar o ambiente doméstico, enveredando-se pelos caminhos reservados unicamente aos homens. Por isso, fora-lhe atribuído um predicado que reunia, a um só tempo, todos esses novos qualitativos que o rompimento com o público e privado lhe trouxera: Puta Comunista! (COLLING, 2014 [2004], p. 7).

A violência, materializada na tortura, foi a principal relação que se estabeleceu entre a repressão e as militantes do sexo feminino, infligida através da exposição da sua sexualidade e da manipulação dos vínculos familiares. Questionava-se a adesão das mulheres à causa comunista: se pela promiscuidade possibilitada pelo acesso a vários parceiros sexuais, ou por uma condição sexual desviante, o lesbianismo. Além disso, o corpo das vítimas era exibido em sua forma nua, em demonstração pública entre os torturadores, como mecanismo de fragilização e constrangimento (MEDEIROS et al, 2014, p. 3-4). As marcas atrozmente cometidas nos porões da ditadura, em muitas presas políticas não deixaram apenas cicatrizes físicas, em outras deixaram sequelas permanentes, porém os danos psicológicos foram unânimes.

O espaço da mulher, segundo Ridenti (1990) existiam muitas mulheres em organizações de esquerda, porém, poucas tiveram cargos de destaque dentro delas. Dessa forma, no intuito de amenizar os problemas em torno desta cultura machista, muitas mulheres negavam ou “reinventavam” sua sexualidade,

deixando de lado sentimentos, ou quaisquer paixões que pudessem fragilizá-la, ou que pudessem levá-la a dificuldade na tomada de uma decisão difícil como atirar.

A luta das mulheres brasileiras configurou um movimento de natureza híbrida, que embora tenha se consolidado sobre uma identidade, possui clivagens sociais e referências culturais muito distintas, em razão da impossibilidade da constituição da mulher como uma categoria universal. (SARTI, 2004, p. 7).

No âmbito da academia, o crescimento do número de mulheres nas universidades, também permitiu a retomada de discussões quanto aos espaços negados até então pelas ciências humanas, bem como, pela própria historiografia. Logo, discussões sobre a mulher e as relações de gênero, existentes e por muito tempo, silenciadas, passaram a ter um olhar mais crítico. Nessa perspectiva, ressaltamos um corpo de historiadoras que impõe respeito, apresentando estudos conceituadíssimos.

No contexto das relações de gênero, por muito tempo a historiografia viu o debate em torno de tal temática voltado apenas para as mulheres, quando na realidade tinha a função de tratar as diferentes perspectivas que representavam tanto homens como mulheres. Assim, a inserção da categoria gênero busca deixar em segundo plano o caráter biológico, levando em consideração que as diferenças entre os sexos são meramente culturais.

Assim, resistências à ditadura, contra o meio social em que viviam e de certa forma, contra uma “cultura” política enraizada e predominantemente machista são apenas algumas características importantes para analisarmos ou refletirmos sobre a importância desta temática tanto para a história do período, bem como para a história das mulheres. A cada novo estudo é apresentado novos problemas, novos olhares para a história, histórias construídas por Marias, Clarices e que precisam ser “descobertas” ou trazidas à memória externa, para que seja conhecido um novo olhar, a partir das tantas mulheres que contribuíram para a luta de redemocratização do país.

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Após a Constituição de 1988, a abertura de arquivos de órgãos públicos encarregados da repressão, a reparação de danos por meio de indenizações pecuniárias aos familiares dos anistiados mortos, desaparecidos ou aos sobreviventes e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, configuram-se como algumas das medidas que se enquadram na denominada Justiça de Transição.

A transição brasileira a partir da Lei de Anistia se dá em um conjunto de normas e práticas internacionais que compõem a chamada “justiça de transição”. Este conceito inclui todos os mecanismos que as sociedades contemporâneas utilizam para lidar com os abusos cometidos durante um regime autoritário. O Brasil se apresenta como um país resistente em acertar as contas com o passado autoritário. A recusa em investigar e processar os perpetradores de graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar e a resistência em adotar uma ampla política pública de verdade e memória revelam o descumprimento das obrigações do Estado brasileiro em garantir o direito à justiça e o direito à verdade no tocante ao legado autoritário. Esses direitos foram consagrados no conjunto complexo de mecanismos que formaram a justiça de transição.

Segundo Paulo Abrão e Marcelo Torelly, a anistia brasileira pode ser agrupada em três fases: liberdade, reparação e memória. A primeira fase da justiça de transição foi iniciada na luta pela Lei da Anistia e se estendeu até a promulgação da Constituição Federal. Nesse período, a mobilização popular se alastrou por meios organizados como o movimento estudantil e o sindical, além do meio cultural, e lutava por liberdades civis e políticas através da elaboração de uma Lei da Anistia que fosse "ampla, geral e irrestrita".

OS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Na medida em que surgem debates sobre memórias, abre as possibilidades para uma reflexão crítica de nosso posicionamento quanto historiador. Soma-se a isso, o contexto político brasileiro atual. A promulgação da Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade, em novembro de 2011, que mesmo sendo extinta em 2014, promoveram e estimularam os estudos acerca da ditadura. Além de facilitarem o acesso aos documentos sigilosos, essas leis impulsionaram o levantamento e a pesquisa sobre pessoas e organizações de esquerda.

Analisar essa memória da esquerda é como dar voz a quem nunca teve essa oportunidade de falar e mostrar para gerações seguintes, à importância desses fatos. Muitas mulheres se tornaram militantes, e ousaram adentrar o espaço público, político, masculino por excelência. Militantes como Iara Iavelberg, Nilda Carvalho Cunha, Jurema Valença, Lúcia Maria Murat Vasconcelos, Solange Lourenço Gomes, dentre outras. Essas mulheres participaram da formação das organizações políticas armadas urbanas, entre 1968 e 1971, por exemplo, que atuaram em Salvador, como a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Pelos dados do Fundo Brasil Nunca Mais é possível identificar que em todo o país tinha mulheres militantes, no MR-8, de 159 processados, 30 (18,9 %) eram mulheres, no PCBR, dos 217 processados, 41 (18,8%) eram do sexo feminino e no VAR-Palmares teriam sido incorporadas 47 (17,4%) mulheres em um total de 270 militantes.

A partir das ideias apresentadas acima a proposta neste item é analisar a forma como a historiografia sobre a ditadura militar brasileira tem abordado as mulheres militantes que viveram na clandestinidade durante o período e suas memórias e o porquê de poucos estudos sobre essas militantes.

No âmbito da academia brasileira, durante muito tempo as mulheres ficaram de fora do contexto de luta política na ditadura militar. Juntando-se a isto, muitas mulheres não tinham o interesse de contar suas vivências porque não se sentiam aptas a lidar com traumas da época ou por não se sentirem confortáveis com tal exposição. No entanto, a década de 90 foi pontuada por estudos reflexões importantes para a historiografia sobre a ditadura militar e consequentemente a participação e resistência da mulher.

Compreendendo a vasta produção de memórias dessa época, o que se percebe é uma escrita a partir do militante homem. Margareth Rago (2013) destaca,

Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime (RAGO, 2013, p.62).

Vale salientar, que o fato de surgirem trabalhos sobre mulheres apenas após a década de 1990 nas academias está estritamente ligado também à falta de documentos, uma vez que, o Brasil voltava à democracia muito recente. Além disso, destaca-se o receio

em se trabalhar com um tema tão recente da história do Brasil, impondo inúmeras dificuldades aos pesquisadores daquele período.

No Brasil, antes que fosse instituída uma Comissão Nacional da Verdade através de lei³, houve a busca pela apuração dos fatos através de ações clandestinas lideradas pelo Arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, e pelo Pastor Presbiteriano Rev. Jaime Wright. Os trabalhos se iniciaram em 1979 e acabaram em 1985 e o que se pretendia era resgatar informações do período compreendido entre 1964 e 1979. Cerca de trinta pessoas trabalharam por mais de cinco anos colhendo dados, copiando cerca de 700 processos que tramitavam no Superior Tribunal Militar contra ativistas políticos, microfilmando documentos e guardando depoimentos. Concluídos os trabalhos, o resultado foi à elaboração do chamado Projeto A com mais de 5.000 páginas e que recebeu o título de “Brasil Nunca Mais” e que descrevia, em detalhes, as técnicas de tortura, dados históricos sobre o surgimento dos regimes militares, a maneira como o direito penal favoreceu o desrespeito aos direitos humanos e como os aparatos repressivos se desenvolveram.

Os trabalhos da CNV foram formalmente iniciados em 16 de maio de 2012 e teve como objetivos esclarecer os casos de graves violações a direitos humanos ocorridos no interstício das Constituições Federais de 1946 e 1988; aclarar as circunstâncias de mortes, desaparecimentos forçados, torturas e ocultação de cadáveres, ainda que tais fatos tenham ocorrido no exterior; mapear as eventuais ramificações do aparato repressor na atual estrutura estatal; colaborar com órgãos públicos para a localização de desaparecidos, nos termos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995; promover a reconstrução da história nacional referente às violações a direitos humanos e recomendar a adoção de medidas que possibilitem a efetiva reconciliação nacional.

A Lei de Acesso à Informação de novembro de 2011 foi o instrumento legal que assegurou à CNV a atribuição de receber testemunhos, informações, dados e documentos, bem como solicitá-los. Determina ainda que, mesmo documentos classificados em qualquer grau de sigilo, poderão ser requisitados pela Comissão. Pode também determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas; requisitar auxílio de órgãos públicos para o bom desempenho de suas atribuições e fazer parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para intercâmbio de informações sobre os fatos a serem investigados. Foi estipulado o prazo de 2 (dois) anos para a conclusão dos

³LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

trabalhos, devendo ser apresentado um relatório com as atividades desenvolvidas, conclusões e recomendações. Ademais, o documento foi encaminhado ao Arquivo Nacional para se integrar ao Projeto Memórias Reveladas.⁴

A apresentação sobre o processo de criação da CNV, presente no relatório final da Comissão, estabeleceu um tom conciliador ao mencionar:

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira (BRASIL, 2014, p. 20; Tomo I, Volume I, Capítulo 1).

Há, ainda, ao menos mais uma questão sensível levantada pelos familiares como impedimento para efetivação de um projeto sério de comissão da verdade. Estruturalmente, a Comissão deveria ser formada por sete conselheiras/os, selecionadas/os pela então presidenta Dilma Rousseff, como mandava a letra da lei. As primeiras críticas a esse respeito vieram a público antes mesmo da divulgação dos nomes indicados, sob a justificativa de ser esse um número sobremaneira limitado para composição da Comissão. Além disso, a nomeação pela presidenta transpareceu um processo de exclusão de setores envolvidos com o tema, que aparentemente se sentiram lançados fora da construção do órgão após anos de lutas políticas que pressionaram o Estado a criar a comissão, entre outras medidas.

Os rompimentos com os silêncios têm permitido as mulheres escreverem suas histórias, conhecer suas atuações e, assim, criar outras possibilidades de existência. O não esquecimento das violências cometidas pelos agentes do estado na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 possibilitaram ações como a criação da Comissão Nacional da Verdade, eventos acadêmicos sobre o período, conhecimento dos locais de torturas, entre outras. A elaboração do trabalho de memória propicia condições para a revisão de memórias e da organização social.

⁴ A Comissão foi instalada no âmbito da Casa Civil com previsão inicial de funcionamento por dois anos, mas a partir da Lei nº 12.998, de 2014, o prazo final para entrega dos trabalhos, passou a 16 de dezembro de 2014, data em que a CNV seria extinta por concluir suas atividades.

GÊNERO NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Percebe-se que, por mais que algumas vítimas tenham denunciado as violências vividas ainda na época ocorridas, é evidente que com o passar do tempo e, especialmente com o estabelecimento das Comissões da Verdade no país, a escuta a essas denúncias aumentaram. A tarefa da Comissão Nacional da Verdade no que diz respeito à apuração e análise desse tipo de violação, não foi simples, já que o longo intervalo que caracteriza a transição política brasileira foi eficaz em promover o esquecimento social a respeito dos crimes ocorridos na ditadura, de forma sistemática e generalizada.

É possível observar passagens e sinais sobre a discussão de gênero em apenas quatro capítulos, do total de 18 que compõem o Volume I. O primeiro volume do relatório enumera as atividades realizadas pela CNV na busca pela verdade, descreve os fatos examinados e apresenta as conclusões e recomendações dos membros da CNV para que os fatos ali descritos não voltem a se repetir. O volume é assinado coletivamente pelos seis membros do colegiado: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Cardoso. Esses trechos podem ser divididos em dois tipos de abordagem: uma conceitual, ligada à ideia de violência de gênero ou violência sexual como elemento agravante dentro da lógica de graves violações de direitos humanos, e uma segunda abordagem descritiva, ligada a trechos de depoimentos de pessoas afetadas por este tipo de violência. A segunda forma de tratar a questão, portanto, fica mais ligada ao oferecimento de provas de que esse tipo de violência/crime foi investigado e considerado pelas pesquisas da CNV.

No que concerne especificamente ao GT de gênero, é possível observar a adoção de uma metodologia própria de trabalho, respeitando a autonomia do grupo, ainda que integrada à proposta geral da comissão. Essa forma particular de organização caracterizou-se pela priorização de audiências privadas às públicas, tomada de depoimentos diversos – desde aqueles indicados pela rede que assessorava a pesquisa/até os voluntários –, pesquisa teórica amparada por trabalhos acadêmicos nacionais acerca do tema e também por documentos institucionais diversos sobre o assunto – tal como

informes de outras comissões da verdade, por exemplo –, pesquisa em arquivos como na Comissão de Anistia e uso de um questionário que visava tipificar as violações vividas.⁵

Sobre a construção de uma “verdade de gênero” à brasileira, ainda são incipientes os estudos. Maria Amélia de Almeida Teles, em seu artigo “A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero” (2014) justificou a necessidade da pauta a partir do entendimento de que o gênero, como “estrutura social [...] constrói relações desiguais e legítima a desigualdade na participação política, social, econômica e cultural entre mulheres e homens” (TELES 2014, p. 507). A argumentação vai ao encontro dos entendimentos básicos sobre as desigualdades produzidas pela perspectiva gênero. Teles apresenta seu relato sobre a resistência para incorporação dessa pauta no interior dos trabalhos da Comissão:

Quando pensei, juntamente com outras ex-presas políticas, em tratar do tema “verdade e gênero”, encontrei resistência por parte de integrantes da Comissão da Verdade, profissionais e ativistas que lidavam com as questões relativas à verdade. Alegavam que tanto homens como mulheres foram igualmente torturados, assassinados e desaparecidos. (TELES, 2014, p. 507).

Essa resistência descrita por Maria Amélia de Almeida Teles encaixa-se na expectativa comum apresentada sobre a questão de gênero no interior de comissões da verdade: como se a abordagem desse tema fosse impor um caráter divisionista às pesquisas. É necessário ponderar ainda, para a continuidade da violência legada pela ditadura militar e, por que não mencionar, a própria banalização dessa lógica. Essa continuidade, quando aplicada para análise das violências de gênero, deixa perceptível o quanto o patriarcado ainda impera nas interpretações populares acerca das violências no Brasil e, certamente, influencia o modo como se olha para o passado recente. Obviamente que a violência contra a mulher, seja aquela cometida diretamente por agentes do Estado seja aquela cometida no seio familiar e por vezes facilitada ou ignorada pelo Estado, não se derivou da ditadura. Porém, os crimes e violências de gênero da ditadura, se usados como marco teórico e jurídico para sua superação, certamente teriam contribuído para a superação da banalização como violência de importância secundária.

⁵Fizeram parte da rotina de trabalho ainda, reuniões quinzenais para acompanhamento das pesquisas individuais, destaca-se, também a concentração das pesquisas na cidade de São Paulo, onde o grupo estava alocado, com eventuais viagens para tomada de depoimentos.

É por isso que, se mesmo entre pessoas ligadas às questões sobre memória, verdade e justiça, a pauta de gênero ainda causa desconfiança e resistência, não é de espantar que um movimento similar ocorra amplamente na sociedade. Essa situação impacta definitivamente na forma como as pessoas receberam a notícia sobre esse tipo de investigação no interior da CNV. Mais especificamente: se já vivíamos a dicotomia entre lembrar versus esquecer os crimes da ditadura, a situação intensifica-se ainda mais quando se refere ao impacto dessa violência na vida de mulheres e de homens não normatizados na heterossexualidade.

Os sinais encontrados no decorrer do Relatório Final acerca da questão de gênero mostram que há, de fato, uma consideração a esse tipo de categoria interpretativa sobre os crimes investigados. No entanto, ainda que haja a consideração não é possível afirmar que o relatório incorpore o gênero de maneira transversal, já que nem todos os capítulos dedicam um olhar detido à questão. Mais que isso, a observação do material evidencia que tal perspectiva não esteve na ordem do dia de todos os GTs. Isso porque, além de não haver nenhuma evidência de que a questão de gênero tenha sido recomendada para ser considerada por pesquisadoras e pesquisadores de outros GTs, para além do Gênero e Ditadura, percebe-se, pelos relatos de pesquisadores desse GT específico, uma ausência de trabalho coletivo, seja para levantamento de material e testemunhos sobre o tema, seja para reflexão coletiva a respeito do tópico.

Nesse sentido, ainda que a questão de gênero não tenha passado ao largo das discussões propostas pelo relatório da CNV, não é possível afirmar que tenha sido incorporada como lentes para análise de diferentes tipos de crime. Tanto pela estrutura assumida pela comissão quanto pelos resultados apresentados no relatório, fica a impressão de que o compromisso com a pauta “gênero” restringiu-se a espaços específicos, nos quais os sujeitos não condizentes com o perfil dominante tratado pelo material: homem-branco-hétero militante de esquerda. O lapso temporal que separa, portanto, o fim da ditadura do início dos trabalhos da Comissão tornou quase inevitável a discussão das questões de gênero, já presentes nos informes de outros países e inseridas de forma definitiva no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, por meio de documentos e tribunais. A inserção inexorável do tema também se deu por sua capilaridade junto aos movimentos sociais, não apenas aqueles ligados à demanda por memória, verdade e justiça, mas também aos próprios movimentos de mulheres e o movimento feminista. Apesar do avanço, todavia, a incorporação do tema ainda se

mostrou bastante tímida e pontual, apresentando nítidos limites em relação ao seu potencial mobilizador como uma violência estrutural que perpassa ações violentas ligadas de forma direta ou indireta à repressão por gênero e sexualidade.

Os limites e os avanços conquistados pela presença do gênero no relatório mostram que ainda é necessário incluir na discussão sobre a justiça de transição à brasileira a questão. Mais do que pensar de maneira genérica sobre o ponto de partida e o ponto de chegada da nossa transição, é necessário contemplar no caminho entre esses pontos as variáveis que marcaram a realidade brasileira e que fizeram da nossa transição um processo exclusivo. No que se refere ao gênero, portanto, mais que concluir sobre o caráter sistemático das práticas de violações sexuais e de gênero, faz-se necessário ainda debruçar sobre as especificidades dessas violências no Brasil e colocá-las à luz do Direito Internacional apenas como maneira de incluí-las entre o rol de violações contra a humanidade.

AS MEMÓRIAS E A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE MULHERES E DITADURA MILITAR

O estudo da memória, bem como, a sua ligação com a história, tem conquistado as atenções no cenário das Ciências Humanas e Sociais ao longo das últimas décadas, principalmente nos países “onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX”. Testemunhos e relatos memorialísticos evitam que as pessoas se esqueçam dos erros praticados no passado, advertindo assim a repetição das tragédias.

Na relação entre mulher e história, em meados do século XIX haviam poucas menções a essas nos estudos até então realizados. Na maioria das abordagens sobre as mulheres, ganhavam destaque relatos de cronistas, visões de época que partiam de uma abordagem que priorizava a beleza, a fragilidade, a virtude, ou pelas suas práticas que as levavam ao descrédito familiar, como por exemplo, uma vida particular escandalosa, relacionada a traições (Perrot, 2005).

Outro quesito a ser colocado é sobre a seletividade política característica da memória, que se refere à ligação desta com o silenciamento e o esquecimento. Este debate é apresentado tratando, basicamente, sobre esses assuntos na relação entre memória, história oral e disputas memorialísticas, auxiliando de maneira importante para o conhecimento desses assuntos nos dias atuais.

Como então lidar com essas memórias? Ricoeur recorre a Freud para falar de memória impedida. O ponto principal é a obstaculização da recordação de memórias traumáticas, por não permitir trazer à consciência o trauma, chamado por Freud de “resistências do recalque”. A lembrança consciente não ocorre, mas se manifesta em forma de comportamento sem que exista um entendimento consciente do evento. A proposta de resolução é a análise. Essa ação teria como objetivo fazer com que a lembrança obstaculizada pudesse retornar ao presente. Na lembrança, ela poderia ser trabalhada de forma a produzir um comportamento consciente (RICOEUR, 2007). Tanto a memória pessoal como a de grupo pode ser trabalhada; é na clareza dos fatos que as ações podem ser pensadas. Ao serem avaliadas, as memórias transmitidas para as novas gerações não são as literais, e, sim, a sua elaboração.

Toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais. Aprender é, para cada geração, fazer a economia, como sugerimos acima, do esforço exaustivo de reaprender tudo a cada vez. (RICOEUR, 2007, p. 75).

A história ocidental é marcada de violências, assim como a história do Brasil, e conhecê-la, interrogá-la, se faz necessário para se direcionar em outro sentido a geração de novas possibilidades de futuro. A ação de lembrar, esquecer e trabalhar essas memórias é o que permite intervenções no presente, visando um futuro com novas perspectivas (TODOROV, 2000).

Para o tratamento das memórias doloridas, Todorov recorre à psicanálise, assim como Ricoeur, e é na forma como a psicanálise trata memórias reprimidas que eles se baseiam para levantar a questão do que fazer com elas. No trabalho de recuperação da memória pessoal, a memória reprimida é trazida à consciência. Na consciência, ela precisa ser trabalhada para que o indivíduo possa refletir e gerar novas possibilidades de memória. As memórias não são esquecidas, e, sim, colocadas em uma posição marginalizada. A recuperação do passado é indispensável; isso não significa o passado regendo o presente, mas escolhendo o que fazer com ele. A recordação ilimitada dos eventos mais dolorosos da vida é uma crueldade; existe o direito ao esquecimento. A análise das memórias, ao contrário da recordação literal, cria a memória exemplar. A memória recordada, trabalhada no presente, pode ser direcionada para gerar novas compreensões e entendimentos (TODOROV, 2000).

A rivalidade entre as memórias ligadas à Ditadura Militar evidencia a necessidade de romper a fronteira existente entre o silêncio e o não-dito, como elucida Pollak (1989, p. 3). No Brasil, o rompimento desta barreira caminha a passos lentos, uma vez que o país foi o último a instaurar uma comissão de verdade e memória. A lentidão em resgatar tais memórias resulta na manutenção e perpetuação de apenas uma parte do grupo ligado a esta memória – neste caso, as Forças Armadas e seus agentes de repressão.

Entretanto, é sabido que mesmo nas conjunturas em que o silêncio é retido com a finalidade de não lembrar um passado traumático e, desse modo, esquecer definitivamente o assunto, a memória está entregue às influências políticas. Dessa maneira, o uso do silêncio e do esquecimento surge com o objetivo de criar um novo passado a partir de valores do presente e como resultado, estabelecer discursos favoráveis ao futuro.

Ao problematizar o esquecimento, traz a seguinte indagação: “O esquecimento não seria, portanto, sobre todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele?” (RICOEUR, 2007, p.424). Ao pensar nesta relação, Seligmann-Silva (2005, p. 81) aponta-nos que “os caminhos da memória e do esquecimento do mal sofrido passam também pela construção da história e pelos julgamentos propriamente jurídicos”. Logo, memória e esquecimento mostram-se interconectados, como numa balança que, para manter o equilíbrio, precisa que os pesos postos de cada lado se equivalham.

Referente à elaboração de memórias sociais ligadas a períodos ditatoriais faz parte do doloroso processo de digestão dos regimes de exceção, já finalizados ou em processo de finalização. Junto ao reconhecimento das violações cometidas pelo Estado e ao amparo às vítimas dos abusos de poder, essa construção participa da consolidação da democracia, para que o autoritarismo praticado pelos agentes do Estado, e eventualmente apoiado pela sociedade civil, não se repita.

Essas memórias são construídas na maioria das vezes, no período específico de redemocratização e mostra os valores desta conjuntura, manuseando a História aos interesses de quem a escreve. Como esses interesses são variados e estão ligados à compreensão de que os campos envolvidos portaram sobre o período de exceção, há várias escritas memorialísticas a respeito do mesmo tema, nas quais cada uma delas busca favorecer defender o grupo ao qual pertence ou se identifica, gerando uma guerra de memórias.

A memória feminina proibida, clandestina ou ignorada durante a ditadura militar, procura hoje conquistar o espaço público com suas reivindicações e cada vez mais assume a disputa com outros discursos que até então trataram de desqualificá-la. Lembranças traumatizantes que estiveram vivas no cotidiano de “mulheres comuns”, em suas famílias e conversas mais íntimas sem nunca terem desaparecido, veem à tona abertamente em busca de reconhecimento. No ato de suas narrativas, constitui-se a transmissão da experiência coletiva, de um passado que não passou, que ainda é ferida aberta. Por isso, a necessidade de insistir no esclarecimento dos crimes e dos traumas que afetaram suas vidas com toda a carga de emoções, todas as frustrações e sofrimentos.

Esse processo doloroso de tocar em feridas e traumas individuais e coletivos não significa dar voz às mulheres que vivenciaram o período do autoritarismo, mas oferecer-lhes ouvidos atentos, prontos a perceber as diferenças dentro da diferença. Abordar suas histórias durante o período do regime autoritário não é tratar de uma mulher única, submissa aos homens, nem entendê-las somente em oposição a eles. É abordar uma variedade de memórias que as colocam, muitas vezes, lado a lado com eles nas lutas cotidianas e políticas.

Na dissertação de mestrado que tem como título: “A luta pela anistia na Bahia: Do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia” de Felipe Duccini, defendida no ano de 2017 pela Universidade Federal da Bahia, no programa de pós-graduação em História Social, o autor analisa o processo histórico e algumas representações que permanecem atualmente no campo da memória sobre o movimento de luta pela anistia na Bahia, traçando os caminhos percorridos do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-BA) ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA-BA), nos anos de 1975 a 1979.

O autor segue evidenciando as estratégias políticas utilizadas pelos envolvidos, bem como as disputas pela memória em torno da bandeira da Anistia, suas concepções e motivações e também a importância dos Movimentos Pela Anistia não só como oposição à Ditadura Civil-Militar, mas também como marco importante na justiça de transição à democracia. Além de ampla bibliografia especializada, foram usadas pelo autor como fontes para esta pesquisa, notícias e matérias de jornais da época estudada, panfletos, atas de reuniões, cartas e outros documentos produzidos pelos Movimentos Pela Anistia juntamente com fontes orais de seus militantes mais expressivos.

O trabalho se divide em 4 seções: de início foram colocadas propostas Iniciais de Anistia, onde o autor aborda as primeiras propostas de anistia logo após o golpe de Estado em 1964, realizando um resumo sobre a política da Frente Ampla e discutiu-se alguns projetos parlamentares de anistia, como o Projeto Macarini. Nessa seção o autor traça a trajetória do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-BA), criado em 1975, mostrando as mobilizações em defesa dos presos políticos da Operação Radar nesse mesmo ano e que nos ajudam a compreender a formação do MFPA-BA, o envolvimento da Igreja Católica e também a atuação do Cardeal Avelar Brandão Vilela.

O autor também analisa o período compreendido de 1977 a 1978, momento que o Movimento Pela Anistia conquista as ruas do país, a expansão do movimento, greves e manifestações. O autor aborda nos subitens a luta pela anistia exterior, a vigilância dos órgãos de repressão ao Movimento Pela Anistia, até a formação do primeiro Comitê Brasileiro Pela Anistia e do comitê baiano em 1978, estudando a documentação do Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, ocorrido em Salvador em setembro de 1978.

Por fim ele traz o movimento antes e depois da lei da anistia, o autor contextualiza o fim do governo de Ernesto Geisel e o governo do general João Figueiredo, a política de distensão "lenta, gradual e segura" e as ações dos Movimentos Pela Anistia, como as mobilizações em todo o país do Dia Nacional da Anistia, a derrota de aprovação da CPI dos Direitos Humanos, até a Lei da Anistia, suas causas e consequências. Nos subitens seguintes aprofundou-se sobre a conjuntura política brasileira, no pós Lei da Anistia, a situação dos presos políticos e no retorno dos exilados. Termina sua análise entendendo a anistia como uma medida que se coloca entre a memória e o esquecimento.

Trazendo essa pesquisa para o objetivo de nossa pesquisa, foi mostrar que as mulheres foram as pioneiras dessa luta no Brasil e na Bahia e que em sua maioria, mães, filhas, esposas, irmãs, parentes de presos políticos, saíram em defesa dos homens e mulheres desaparecidos pelo regime, em busca dos seus familiares, dos seus maridos, namorados, filhos, irmãos, parentes e amigos. Foram elas que em plena ditadura militar, organizaram a primeira entidade em território nacional em defesa da anistia e durante três anos lutaram praticamente sozinhas pela causa, muitas vezes utilizando muito dos estereótipos de mulher para pregarem uma estratégia de luta apartidária, pois só queriam seus entes queridos de volta.

O pioneirismo e a importância fundamental do papel da mulher nesse processo de luta não podem ser esquecidos, a mobilização feminina contra a ditadura militar se deu basicamente em duas fases, num primeiro momento, as mulheres estavam sofrendo por verem seus familiares sendo capturados, presos e mortos, começaram a ir às ruas reivindicar a soltura deles ou, pelo menos, saber o seu paradeiro. Já no segundo momento, esse movimento foi se organizando e crescendo, com isso, muitas militantes se juntaram ao movimento, não necessariamente por terem relação direta com os presos ou exilados, mas por terem ideais políticos a fim de transformar a sociedade (DUARTE, 2012, p. 37-62).

Observamos que pelo fato do tema dessa dissertação ser sobre: “Do movimento feminino pela anistia ao comitê Brasileiro pela Anistia”, foi destinado pouco espaço para uma abordagem sobre a atuação feminina, apenas um sub tópico de apenas sete páginas sobre a “Trajetória do Movimento Feminino pela Anistia”, penso que mesmo o autor tendo feito um belíssimo trabalho, poderia ter ampliado sobre a atuação dessas mulheres, que foram tão importantes no interior do movimento pela anistia. Mesmo quando ele cita a Comissão Nacional da Verdade e tenta desconstruir o discurso oficial dos militares sobre esse assunto, e realiza um diálogo mais amplo com o relatório sobre o movimento feminino, tal abordagem fica lacunar, contudo, em sua conclusão o autor apresenta a importância dessa e de outras comissões para desconstruir o discurso oficial dos militares, sugerindo a necessidade de um pedido de perdão por parte dos militares, para que seja efetivado o processo de reconciliação nacional, recomendado pela CNV.

A próxima dissertação escolhida faz parte do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, da autora Heloísia Nunes dos Santos, defendida no ano de 2017 que teve como objetivo analisar, através de escritas autobiográficas, alguns aspectos da militância de cinco mulheres atuantes na Ação Popular durante a oposição à ditadura militar brasileira. Foram utilizados como fonte os livros autobiográficos escritos por Loreta Valadares; “No corpo e na alma” de Derlei Catarina de Luca; “Geração 60 geração esperança” de Maria Lúcia Resende; “1968 o tempo de escolhas” de Catarina Meloni e “Pouso em pouso em busca do repouso prometido” de Solange Silvany Rodrigues Lima, para que assim fosse possível compreender como essas mulheres ex-militantes narraram e construíram suas memórias de militância desse período, uma vez que a memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional.

Ao refletir e problematizar, por um viés dos estudos de gênero, as memórias produzidas sobre a tortura como consequência da prisão e da clandestinidade, a autora está focalizando gestos e trazendo novas problematizações para o âmbito pessoal e político. Ao longo da pesquisa percebemos que entre as mulheres ex-militantes da Ação Popular, assim como de outras organizações, existe uma barreira que vem sendo rompida quanto ao tornar pública sua narrativa, já que o número de autobiografias escrita por homens é muito maior do que a escrita por mulheres, a autora acredita que esta dificuldade é resultado de uma sociedade que invisibiliza as mulheres, onde a voz autorizada a narrar os acontecimentos relacionados à resistência à ditadura militar, ainda é a dos homens. Por isto, este trabalho, se junta a outros, no esforço de visibilizar as narrativas autobiográficas das mulheres ex-militantes.

Cabe ressaltar alguns fatores externos que a autora acredita terem impulsionado a elaboração destes livros. Primeiramente, menciona-se o significativo aumento do interesse por parte de leitores e editoras por publicações deste gênero a partir de 1994, o que Ângela de Castro Gomes chamou de "boom de publicações de caráter biográfico e autobiográfico" (GOMES, 2004, p.13). Segundo, pela criação, em 2001, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça por Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticados entre 1947 e 1988, proporcionando, quando pertinente, um ressarcimento econômico. Outro fato da história que foi citado e que se acredita ter colaborado na publicação destas obras, foi à ascensão dos governos de esquerda em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, quando as políticas de reparação passaram a reivindicar o direito à verdade, saindo da contrapartida econômica.

O trabalho de Heloisa dos Santos deixa claro que é possível perceber neste cenário, o crescimento de publicações autobiográficas e biográficas, sobretudo de mulheres militantes. Esta observação conduz à crença de que o fato de termos eleito em 2011, para o cargo de presidenta da república uma mulher e ex-militante da luta armada – Dilma Rousseff –, cuja trajetória de militância assemelha-se à de muitas outras ex-militantes, fato este que, de certa maneira, criou uma empatia motivadora em outras mulheres, encorajando-as à exposição e conduzindo-as a somarem suas memórias à história da resistência à ditadura militar brasileira.

Nas últimas três décadas, abriram-se na historiografia brasileira inúmeras possibilidades para pesquisas com documentos memorialísticos. Haja vista o interesse da

História Cultural pelas temáticas do familiar, do cotidiano, do íntimo, em um movimento de (re) situar o sujeito no centro da atenção dos historiadores. Para o estudo dessas temáticas, autobiografias, diários, correspondências e relatos de vida, produzidas, sobretudo no espaço privado, foram legitimados como fontes e objetos da pesquisa histórica. Ao optar por esta fonte deve-se, enquanto historiadores, ter em mente que o relato memorialístico, neste caso as autobiografias, são construções narrativas do “visto e vivido”. A pretensão é de conhecer o que “o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p.15). Estes registros são cada vez mais utilizados pelos historiadores, por oportunizarem a tomada de conhecimento de como mulheres e homens “comuns”, registram, reconstroem e reinventam suas vivências a partir de práticas de escrita autobiográfica.

Deste modo, ao se dar visibilidade à memória da militância de cinco mulheres que atuaram na Ação Popular e que recorreram à prática da ‘escrita de si’ como ferramenta política e libertária – importantíssima para constituição da subjetividade de quem narra sua vida – considera-se a escrita como um mecanismo de uso social, onde os depoimentos autobiográficos tornam-se atos de memória que abrem caminhos para reflexões e representações de um tempo. Neste sentido, faz-se necessário historicizar e debater algumas questões referentes à escrita de si, às autobiografias e à memória.

Essas mulheres estudadas nesse trabalho encontraram na escrita autobiográfica uma maneira criativa de expressarem sua prática política de resistência. Margareth Rago, 2013, aponta que narrar o passado pessoal, que também é coletivo, assume a dimensão de uma prática política de resistência e luta para esclarecer um período histórico relativamente recente que o poder instituído quis apagar de nossa história. As autobiografias citadas podem revelar a conexão que mantém os sujeitos com sua situação social presente, isto é, de tudo aquilo que se crê, se imagina e se projeta. Desse modo, o sujeito se concede agência pelo ato da escrita. Já que a escrita, além de ser o suporte pelo qual se compreende seu passado e a si mesmo, é também um instrumento que possibilita ao sujeito impor sua própria ordem a esse passado.

Por fim, mesmo que a autora cite apenas uma única vez sobre a Comissão Nacional da Verdade, vale lembrar que o mesmo não faz parte do tema proposto pela autora, essa dissertação nos leva a refletir que a publicação e a circulação dos livros e que foram também atos de resistência. Visando oficializar suas trajetórias de luta, as ex-militantes contaram suas histórias em livros autobiográficos. Tanto por questões de ordem

individual – a subjetividade envolvida – como por questões de ordem social – tiveram um propósito político e educativo, de visibilizar suas lutas políticas e conscientizar a sociedade acerca da violência de Estado.

Logo adiante passamos a analisar a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com o título “Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).” De autoria de Tatiane Ellen Cavalcante Silva, sua pesquisa percorre os caminhos da “operação historiográfica” para analisar a construção acerca das memórias de vinte e quatro mulheres que militaram no combate à ditadura militar brasileira e que tiveram suas histórias entre cruzadas pela passagem na Colônia Penal do Bom Pastor entre os anos de 1969-1979, na cidade de Recife-PE. Mulheres que são dos mais diversos estados do Brasil, mas que em algum momento de suas atividades enquanto militantes migraram para o Estado de Pernambuco.

A autora se debruça no período de militância dessas mulheres, na migração para Pernambuco, nas cartografias militantes que traçaram e a construção de memórias femininas, assim como sobre o período de prisão na Colônia Penal no Bom Pastor e as resistências produzidas dentro desse espaço, contemplando a construção das memórias sobre esse período recente da história do Brasil e a participação dessas mulheres na produção do documentário-testemunho **Vou contar para meus filhos**.⁶

O trabalho inicia se enveredando pelas cartografias militantes das vinte e quatro (24) mulheres, buscando pensar, num primeiro momento, o espaço em que sua militância se deu a emergência destas enquanto militantes políticas de esquerda. Para tanto, a autora apresenta cada um dos sujeitos desta pesquisa, tendo em vista dar visibilidade às especificidades da militância de cada uma destas mulheres, trazendo, assim, a dimensão da multiplicidade de formas, métodos, correntes e caminhos tomados na militância, não sendo esta homogênea. Procura ainda elucidar como, ao caminharem por este itinerário militante, confluíram para a luta no Estado de Pernambuco.

A autora analisa também as diversas formas de resistência e experiência, desde a entrada na clandestinidade, quando constroem outros devires na fuga da repressão,

⁶VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS (Brasil, 2011) Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente filmes. Gênero: Documentário. Duração: 24 min.

perpassando pelos silenciamentos, solidariedade e burlas dos órgãos de repressão. Essas mulheres teceram no cotidiano na Colônia Penal do Bom Pastor novas formas de militância, reconfigurando o espaço do cárcere, praticando a política dos afetos. Para tanto, a autora discutiu categorias como casamento e maternidade, além de refletir acerca da inventividade diária para fazer da prisão um espaço suportável e reexistir no espaço de clausura. Terminando este capítulo com uma análise em torno das experiências de duas das presas políticas que saíram da prisão para o exílio, sendo este mais um itinerário de militância e resistência.

Por fim o trabalho permeia os caminhos acerca da construção da memória a partir do documentário **Vou Contar para Meus Filhos**, pensando como estas mulheres (re) configuram suas vivências no momento de narrar, fazendo do testemunho mais um passo de suas militâncias, ao tornar o narrar e o ato de lembrar um dever com o mundo.

Nesse panorama, a autora traçou a construção do texto permeando as cartografias da militância dos sujeitos da pesquisa, perpassando pelas experiências e resistências no cárcere, e, por fim, a construção da memória coletiva elaborada pelo documentário, **Vou Contar para Meus Filhos**, percebendo neste último momento uma continuidade da militância.

A dissertação a seguir está vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo, e tem como autora Gabriela Rodrigues De Lima, com o título Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972). O objetivo dessa dissertação é escrever a história da participação política das estudantes capixabas no Movimento Estudantil (ME) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) contra a ditadura militar incluindo a perspectiva particular das mulheres que dela participaram, abordando tanto o contexto político mais geral da repressão nesta universidade como as questões de gênero que atravessaram a vida das militantes.

Em um contexto mais geral, a autora trabalhou a problemática da construção do relato histórico oficial do Brasil, que comumente deixou a trajetória das mulheres à margem dos relatos. A pesquisa demonstra a possibilidade de enriquecimento da historiografia na construção destes relatos e da integração da vivência das mulheres no âmbito do mundo do trabalho e da política, dos quais participaram ao longo de toda a história do Brasil, mesmo que esta participação tenha sido pouco considerada. Englobar

a problemática das relações de gênero e das desigualdades envolvidas nesta relação contribuiu para tornar mais complexa e rica a história do país.

As fontes analisadas nessa dissertação foram três entrevistas, uma delas baseada no método da História Oral de Vida de uma das ex-estudantes da UFES, Laura Coutinho, da qual foi interpretada a percepção social dos fatos ocorridos, além de entrevistas temáticas realizadas pela Comissão da Verdade (CV) da UFES, que contribuíram com os relatos, além de documentos produzidos pelo Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI), de São Paulo, para onde foram levados alguns dos estudantes desta Universidade que foram presos por motivos políticos, documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informação que atuava na UFES durante o regime militar (AESI/UFES) e documentos do DOPS/ES, hoje sob a tutela do Arquivo Público do Espírito Santo, os quais mencionam processos de investigação a membros da comunidade acadêmica desta universidade. Além dos documentos acima citados, a autora discorreu sobre uma bibliografia que trata da história das mulheres no Brasil a partir do fim do século XIX até o presente, a fim de lançar luz à presença das mulheres nos principais fatos e debates que marcaram nossa história e justificar a possibilidade de que a prática historiográfica integre esta presença aos relatos oficiais.

A autora deixa claro que não pretende complementar a compreensão do que poderia ser chamado de experiência masculina no âmbito da resistência política, mas busca apresentar o que as mulheres que agiram em determinado contexto pensaram e avaliaram a partir de suas relações com os companheiros, incorporando à história de um período, o peso da hierarquia de poder entre os gêneros dentro das organizações. Ela salienta também que considerar o peso das relações de gênero na vida política dos membros da resistência revela o descompasso entre o ideal feminista da época e a concepção política da esquerda brasileira. Neste sentido fez uma a uma breve análise dos debates e do estado de reflexão que os movimentos feministas promoviam no Brasil a respeito da condição da mulher na esfera pública.

O trabalho se apresenta no primeiro capítulo o contexto da atuação política das mulheres brasileiras no âmbito do trabalho e da política, mencionando as características do envolvimento das mulheres na esfera pública desde meados do século XIX, na participação cultural e literária, parte da luta por questões políticas centrais daquele momento, como o movimento abolicionista.

O trabalho reconstrói o contexto político brasileiro e latino-americano da década de 1960, abrangendo todo o aparato repressivo montado no Brasil para combater os dissidentes, com foco no papel das Universidades nesse contexto, especificamente na conjuntura interna da UFES.

E por fim a autora se dedica a discutir e apresentar as possibilidades de inclusão da memória das mulheres na narrativa historiográfica como forma de democratizar a história oficial. A narrativa histórica oficial sobre os processos brasileiros são escritos deixando à margem a vivência das mulheres, vivência esta que guarda especificidades determinadas pela desigualdade de gênero, e que certamente enriqueceriam o relato histórico na medida em que revelam desníveis próprios da constituição social, que não devem ser ignorados em uma história que se pretenda democrática.

Uma das motivações teóricas da pesquisa se relaciona intimamente com a reflexão a respeito dos usos políticos feitos do passado, ou de sua memória. No início da pesquisa a autora menciona o esforço da Comissão Nacional da Verdade em lançar luz aos acontecimentos até então nebulosos e cercados de mistério que marcaram os anos de vigência do Regime Militar no Brasil (1964-1985). Este resgate de memória política se relaciona em especial aos grupos que naquele período estiveram ligados à resistência e que nos últimos anos ocuparam cargos de destaque na política institucional do país, demonstrando a importância de se ter no passado um referencial que sustente as posições políticas defendidas no presente. É neste mesmo sentido que devemos pensar na necessidade de defender a memória da atividade política das mulheres, neste e em vários outros períodos da História do Brasil. O resgate da memória se constitui em arma para que se afirme a capacidade de atuação coletiva das mulheres e se reivindique um passado de ação política em favor daquelas que ousaram se envolver nas questões públicas da vida nacional

Com o intuito de subverter parte desta lógica, a autora demonstra que sua pesquisa foi um esforço em registrar a voz, e através dela a vida e o pensamento das mulheres que participaram de determinado contexto político, o da resistência ao regime militar no Espírito Santo, especificamente no movimento estudantil da UFES. O trabalho teve como base as memórias pessoais das militantes, que fizeram parte da memória social e grupal do movimento estudantil da UFES e da resistência ao regime. São as memórias de Laura, Ângela, Elizabeth e Magdalena, e são as memórias das então estudantes da UFES, das militantes do movimento estudantil e da resistência à ditadura, as memórias das mulheres

neste contexto político das décadas de 1960 e 1970. Mulheres que não se constituem de aspectos diversificados entre as classes sociais pertencentes, que as configura e exige delas definições. Os documentos e a bibliografia que foram consultados pela autora, não assumiram o caráter de confrontar os fatos relatados pelas testemunhas.

Diferentemente das dissertações analisadas anteriormente, esta valoriza e explora a sessão de gênero no relatório da CNV, e defende que os esforços da Comissão têm surtido efeito, aumentando o acesso a documentações referentes ao período. Exemplo é a iniciativa do Ministério da Justiça, que sob provocação da CNV solicitou através do aviso nº 1.069, de 4 de julho de 2012, que todos os ministérios fizessem levantamento, identificação e recolhimento, junto ao projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, de documentos do período militar que se encontrassem sob sua guarda.

Em suma, a pesquisa buscou tirar da invisibilidade as mulheres capixabas que ousaram entrar na política e resistir, em um momento especialmente difícil para a participação das mulheres neste ambiente, a partir das memórias narradas pelas ex-estudantes engajadas no Movimento Estudantil da UFES, além dos documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão do Estado.

Esta última pesquisa é uma tese que possui o título de **Memória e subjetividade: mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura”** de autoria de Hugo Pires Júnior que analisa as narrativas, explicitadas publicamente de cinco mulheres que militaram em organizações de esquerda durante a ditadura militar brasileira e foram sequestradas e presas pelos órgãos de repressão do regime. O problema que ele analisa parte da memória de experiências limites vivido por essas mulheres quando, na militância se posicionam em defesa das suas idéias e ideais passando a enfrentar a arbitrariedade política do regime de força que intentou desestabilizá-las como seres políticos, como mulheres, submetendo-as a tortura de gênero, a tortura moral e sexual.

Segundo o autor este é um estudo de memória, de memória vivida, de memória de resistência, de memória de mulheres que evidenciaram sua força e determinação quando avançaram para além do arbítrio político, por elas desvelados publicamente, denunciando as condições a que foram submetidas quando mantidas nos órgãos de segurança da ditadura. Mostra também que o objetivo da pesquisa foi o de analisar as narrativas das mulheres submetidas à tortura sistemática revisitando as marcas da memória de dor e sofrimento vivenciados, no intuito de evidenciar o processo de edificação de uma

subjetividade possível construída na resistência/existência à ditadura e para além dela. Também utilizou as memórias publicadas dessas mulheres que detalharam vivências, revelaram fatos praticados sobre seus corpos nas fossas, nos porões, nos calabouços, nos quartos escuros até a exaustão.

Os dados que o autor utilizou foram coletados no sítio da Comissão Nacional da Verdade, a CNV que armazena fontes documentais diversificadas a respeito da atuação dos militantes de esquerda durante o regime ditatorial de onde foram selecionadas as narrativas digitalizadas de Nilce Azevedo Cardoso, Eliana Lorentz Chaves, Lúcia Murat e Ignez Maria Serpa Ramminger sendo obtido, também, cópia do relato da militante Inês Etienne Romeu onde é narrada sua estadia na “Casa da Morte” de Petrópolis, disponibilizada no sítio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro. As narrativas e os relatos foram analisados pelo autor identificaram dor e sofrimento, e sinais que indicaram o processo de edificação de si mesmas direcionadas para a construção da subjetividade de cada uma das mulheres, pós-ditadura. As narrativas das mulheres evidenciam o processo de edificação das suas subjetividades que se materializa na resistência física e fisiológica, psíquica e política e demonstra pela força da sua condição de gênero, o processo de transmutação de si mesmas, onde a dor e o sofrer passam a ser ocasião para a manutenção das suas convicções políticas, das suas posições de indivíduos singulares integradas aos seus grupos sociais na continuidade de suas existências, para além da ditadura.

Em suas narrativas as mulheres militantes em estudo falam das torturas físico-psíquica a que foram submetidas sistemática e abusivamente, da forma como foi tratadas em decorrência da sua condição de mulher, de mulher militante, de mulher engajada nas lutas sociais, de mulher ideologicamente postada na defesa da autodeterminação e da liberdade individual e coletiva e de mulher presa política, que nas mãos dos órgãos de repressão política do Estado passaram a serem consideradas apenas cidadãs de segunda classe ou cidadãs de classe alguma, cujos corpos passam a prevalecer sobre as ideologias e posições políticas quando nas mãos dos torturadores, que pretextando profissionalismo tomam posse de seus corpos, transformando-os em objetos de dor e de sofrimento, para além do físico, para além do razoável, para além do concebível. Contudo, depois de todo esse processo, essas mulheres recuperam suas vidas, ultrapassam o trauma e narram publicamente o ocorrido, vão além do sofrimento vivido, em prol da justiça, da reconstrução de si mesma e de suas subjetividades.

À medida que as narrativas vão sendo analisadas, observa-se que as mulheres indicavam que, além delas evidenciarem o processo de dor e tortura as quais foram submetidas, havia um processo de reorganização, regeneração psíquica, mental, social, afetiva e intelectual, que ia se manifestando como parte da edificação de si mesmas, da edificação de uma subjetividade que continua vivente e que é demonstrada pelo processo contínuo de suas resistências, seja durante a ditadura ou depois dela; uma subjetividade edificada sob as duras marcas física, mental e intelectual patrocinados pela tortura sistemática a que estiveram expostas. As mulheres desafiam a dor da tortura edificando-a em prol da vida e da luta na existência, reagindo frente a um processo difícil e que levou a muitas militantes elegerem a morte por suicídio, como saída. (KUSINCHI, 2014; MUDADO, 2015).

Por fim, na perspectiva atual, o debate em torno da história das mulheres alcançou novos sujeitos, pesquisadores, grupos de pesquisa e extensão, simpósios e eventos temáticos, algo que demonstra a solidificação da história das mulheres como campo histórico no Brasil. Sendo assim, cabe a nós pesquisadores e simpatizantes com a história das mulheres ampliarmos tais discussões e trazer novas abordagens não só para a historiografia, mas para as Ciências Humanas como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, após destacarmos tais pesquisas é possível refletir sobre as diferentes perspectivas e ações das mulheres durante o regime militar brasileiro em seus estados de atuação. Logo, a cada novo ano, surgem novas teses e dissertações que buscam apresentar e colocar as mulheres no centro dos debates políticos que ocorreram no país. Ressalvamos também o surgimento de trabalhos com a história cultural, das minorias e de gênero, algo que juntamente com o papel político de algumas professoras e Programas de pós-graduação, além da luta de muitas militantes pelo direito à memória e por reparação contribuíram no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Por outro lado, destacamos que apesar da busca incessante por trabalhos que se remetessem a participação da mulher militante e a contribuição de alguma maneira da Comissão Nacional da Verdade, com sua produção de fontes, a pesquisa para este artigo nos sugere que ainda existe uma lacuna e uma baixa produção historiográfica, pouquíssimos são os trabalhos que citam a CNV, ou que utilizam seus relatórios e fontes. Importante destacar que a falta de atualização de

inúmeros sites de programas de pós-graduação, dificultam o acesso à tantas outras, possíveis pesquisas sobre mulheres e ditadura militar.

Assim, abrir espaço para a produção do testemunho é fundamental para que essas memórias passem a encontrar lugares onde possam ser narradas. Nesse sentido, ainda temos um longo caminho a percorrer, embora percebamos que, com as Comissões da Verdade e os projetos artístico-culturais que derivam da Comissão da Anistia, os testemunhos acerca da ditadura passaram a ganhar, mesmo que de forma tímida e pouco popularizada, notoriedade, construindo um espaço de fala, ao mesmo tempo em que se passou a conquistar ouvintes, sujeitos de suma importância no processo de construção de memória e história.

A partir das construções destas Comissões, que vieram em conjunto com o reconhecimento oficial dos crimes perpetrados pelo Estado contra civis, durante os governos militares, a memória passa a ser tomada por novos sentidos sociais de rememoração, de reparação e compromisso no combate ao esquecimento. O compromisso com o não deixar esquecer é também uma continuidade da militância, um pacto com aquelas/es que não sobreviveram ao período e não podem testemunhar suas experiências. Contar tornou-se um compromisso com a história de um povo, de uma nação, tendo em vista que essa memória é individual, mas também coletiva.

Assim, ao pensarmos nos anos que o país viveu uma ditadura militar (1964-1985), é imprescindível acentuar os diversos grupos que se colocaram em oposição à ditadura, entre eles, as mulheres. Elas, em diversas frentes, exerceram atividades de denúncia e combate à repressão, denunciaram a violência nos cárceres, escreveram, proferiram discursos, organizaram cartas-manifestos, expuseram-se, atreveram-se a sair do privado, produziram grupos de mulheres e colocaram em pauta a quebra da dicotomia do público e privado, transformando em públicos interesses até então caracterizados como do âmbito privado. O nosso maior desejo após as pesquisas para este artigo é que cada vez mais as mulheres e a Comissão Nacional da Verdade obtenham espaços nas pesquisas históricas.

Entendemos que além de um trabalho acadêmico e memorialístico, desejamos contribuir com este artigo para que muitas mulheres que se encontram esquecidas possam ser lembradas e destacadas não apenas pela História, mas por uma sociedade que vem constantemente sofrendo duros golpes contra a democracia.

REFERÊNCIAS

FONTES

DUCCINI, Felipe M. B. **A luta pela anistia: Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-BA) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-BA) (1975 a 1979).**Ano de obtenção: 2017.

LIMA, GABRIELA RODRIGUES DE. **Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972).**Ano de obtenção: 2017.

PIRES-JR, Hugo. **Memória e Subjetividade: mulheres militantes no "reino do arbítrio e da tortura",** Ano de obtenção: 2017.

SANTOS, H. N. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da ação popular.**Ano de obtenção: 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, P., TORELLY, M. **Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira - a terceira fase da luta pela anistia.** In: **Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação.** SILVA, J. C. M.; ABRÃO, P.; TORELLY, M. (coord.). Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1987.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final.** Brasília: CNV, 2014.

SÃO PAULO (Estado) **Comissão Estadual da Verdade de São Paulo** Rubens Paiva. Infância roubada. São Paulo: ALESP, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão de identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar.** São Paulo: Editora Moderna, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2001.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil.** 2004.

DINIZ, Débora. **“Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista”.** In: In: STEVENS, Cristina et al. Estudos feministas e de gênero: articulação e pesquisa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

GONÇALVES, E. **Pensando o gênero como categoria de análise.** In: *Estudos de gênero.* Cadernos de Área n°7. Programa Interdisciplinar da Mulher ± UCG. Goiânia: UCG, 1998.

GIANARDOLI -NASCIMENTO, Ingrid Faria Et al . Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia- sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**. Portugal. 2006.

GOMES, Ângela Maria Castro. **Escrita de si, escrita da história**. FGV Editora, 2004., p.13.

GROSSI, Míriam Pillar. **Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias Sociais e Paradigmas Teóricos)**. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho De Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. **Identidade de gênero e sexualidade**. In: *Estudos de gênero*. Cadernos de Área9. Goiânia: UCG, 2000.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 19

MATOS, Maria Izilda S. de. **Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea**. *Cadernos Pagu*: Campinas, n° 11, 1998.

_____. **Da invisibilidade ao gênero: percurso e possibilidades**. *Fragmentos de cultura*. V. 12, n.º 6. nov./dez. Goiânia: UCG, 2002.

MEDEIROS, LisianeAlongo de; LEMANSKI, Rosana Moretto; MEDEIROS, Valquíria Trezciac; HEES, Carlos Renato. **Mulher: militância, ditadura e repressão**.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O golpe de 64: testemunho de uma geração**. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira da; SEMENSATTO, Simone.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*, vol. 24, n° 1. Franca [s.n.], 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT. M..**Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. São Paulo: Brasiliense, 1988

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494.

RAGO, L. Margareth. **Desejo de memória**. In: RAGO, Margareth (Org.). *Dossiê'Memórias Insubmissas'*. **Revista Labrys**, n. 15-16, dez. 2009.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013

RAGO, Margareth. **A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil**. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 28, n. 2,jul./dez. 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al]. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ROIZ, Diogo da Silva. **A discreta e sedutora “História das Mulheres”**. Cadernos Pagu (30), janeiro-junho, 2008: 455-452.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precisasse triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, v.12, n.264, p.35-50, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo**. Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo: 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Rememorações/ Comemorações: As utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n.44, 2002.

SOUSA, Priscila Paula de. **Mulheres e militância na ditadura militar brasileira: uma análise historiográfica**. História e Cultura , v. 7, p. 106, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Trad. por Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós, 2000

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.